



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

## **GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR**

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2010**

**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**Fortaleza, março de 2011**



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**GOVERNADOR**

Cid Ferreira Gomes

**VICE-GOVERNADOR**

Domingos Gomes de Aguiar Filho

**SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

José Néelson Martins de Sousa

**COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO**

Fátima Coelho Benevides Falcão

**ELABORAÇÃO**

**EQUIPE TÉCNICA DE GPR SETORIAL**

Christiana Sarmiento Melo

Jorge Pinto Filho

**EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG**

Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson

Daniele Passos de Lima Albuquerque

Maria Neuman Ribeiro Moreira

Sandra Maria Braga – Colaboração Técnica

## SUMÁRIO

### I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

#### 1. RESULTADO SETORIAL: FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E ÁGUA PLENAMENTE ATENDIDA; ETNIA, GERAÇÃO, GÊNERO

##### 1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

##### 1.2. Relação Produto-Resultado

###### 1.1.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 1.1.2. Influência Produto-Resultado

#### 2. RESULTADO SETORIAL: AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA E SUSTENTÁVEL

##### 2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

##### 2.2. Relação Produto-Resultado

###### 2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 2.2.2. Influência Produto-Resultado

#### 3. RESULTADO SETORIAL: PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE QUALIDADE, SUFICIENTES, SEGUROS E COMPETITIVOS

##### 3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

##### 3.2. Relação Produto-Resultado

###### 3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 3.2.2. Influência Produto-Resultado

#### 4. RESULTADO SETORIAL: INFRA-ESTRUTURA PARA AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

##### 4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

##### 4.2. Relação Produto-Resultado

###### 4.1.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 4.2.2. Influência Produto-Resultado

### II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

### III. LIÇÕES APRENDIDAS

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS**  
**Janeiro a Dezembro de 2010**

**Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

**I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS**

<b>Resultados Setoriais / Indicadores</b>	<b>Ano Base 2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Var. (%) 2010/2006</b>
<b>SDA</b>						
<b>1. Função social da terra e água plenamente atendida; etnia, geração, gênero</b>						
Nº de famílias beneficiadas com o título de propriedade	4.151	6.058	10.682	18.301	33.194	699,6
Nº de famílias assentadas	361	504	372	164	323	-10,5
<b>2. Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável</b>						
Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio	40,0	40,6	35,9	37,7	48,3	20,5
<b>3. Produtos agropecuários de qualidade, suficientes, seguros e competitivos.</b>						
Animais vacinados contra febre aftosa (%)	93,16	91,27	88,97	86,78	87,51	-6,1
Produção de grãos (mil ton.)	1.145,5	577,1	1.130,2	779,9	330,8	-71,1
<b>4. Infra-estrutura para Agricultura Familiar Fortalecida</b>						
Percentual de área irrigada no Complexo Castanhão ( Mandacaru, Curupati e Alagamar)	0,0	16,3	16,3	16,3	48,3	96,3 (1)
Nº de famílias beneficiadas com cisternas	1.685	734	471	13.450	4.313	156,0
Nº de famílias beneficiadas com projeto d'água	23.208	6.113	19.400	15.301	11.867	-48,8

(1) Variação 2010/2007.

# 1. RESULTADO SETORIAL: FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E ÁGUA PLENAMENTE ATENDIDA; ETNIA, GERAÇÃO, GÊNERO

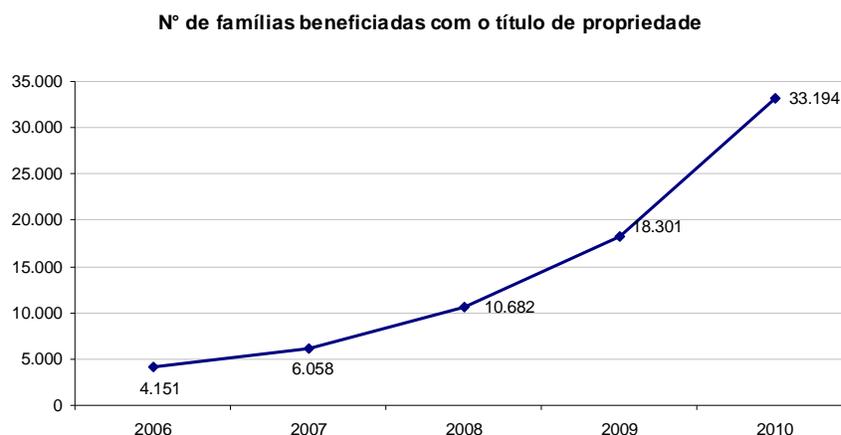
## 1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

### 1.1.1. N° de Famílias Beneficiadas com o Título de Propriedade

Título de propriedade de imóvel rural considerado posse, beneficiará família de agricultor posseiro com documento da terra e lhe trará inúmeros benefícios, tais como acesso as linhas de crédito rural do PRONAF, que beneficia o jovem agricultor, a mulher agricultora e o agricultor chefe de família, inserindo a todos no processo produtivo, além de facilitar o acesso à assistência técnica e demais políticas públicas.

Em 2010, foram beneficiadas 33.194 famílias com título de propriedade, sendo este resultado oriundo do Convênio firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. No período de 2007 a 2010 foram beneficiadas 68.235 famílias com o título de propriedade, o que significa mais de 70% do programado.

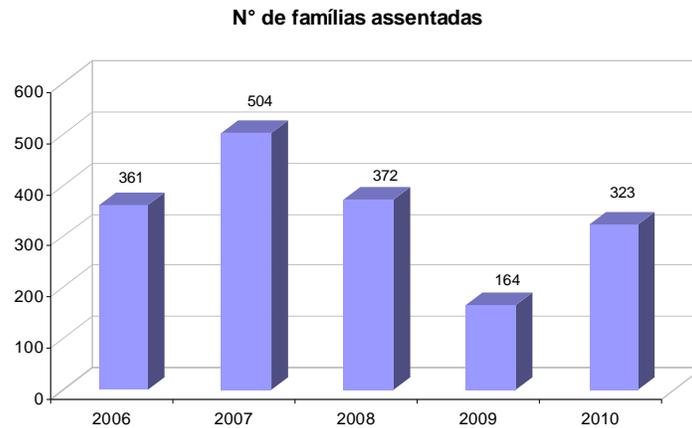
Os resultados apresentados servem de modelo para os demais Estados, tornando o IDACE um Órgão de referência nesta área. Estima-se a tendência de crescimento neste indicador, haja vista o apoio e a importância dada pelos Governos do Estado e Federal na ampliação do Programa de Ação Fundiária, através do processo de Cadastro e Regularização Fundiária, de forma a contemplar todos os municípios do Estado. O apoio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, do INCRA e do Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA, através da Secretaria de Reordenamento Agrário contribuíram para este desempenho.



### 1.1.2. N° de famílias assentadas

Apesar de haver um crescimento acumulativo com o incremento de 323 famílias em 2010, considerou-se um baixo desempenho do Crédito Fundiário que pode ser atribuído; 1) em 2008 os financiamentos só foram retomados em abril com término em setembro, face o encerramento do Acordo de Empréstimo 7037/BR; 2) em 2009, as contratações iniciaram-se em agosto, devido à demora para normatização do Decreto 6672/2008, passando o

Projeto para uma política pública continuada; e 3) em 2010, houve uma pausa por conta das resoluções editadas com mudanças nas condições de financiamento e ajustes do teto, ainda assim, o Estado do Ceará terminou o ano de 2010 como 2º lugar no Nordeste e o quinto no Brasil entre os 21 Estados que executaram o projeto em 2010 em número de famílias beneficiadas.



## 1.2. Relação Produto-Resultado

### 1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

**Democratização do Acesso a Terra (060)** - Por se tratar de financiamento é exigida documentação de todos os atores envolvidos (beneficiários, associação, proprietários) e do imóvel (Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Certidão Negativa de Débitos - CND, escrituras atualizadas e com retificação de área), o que é comum em 99% dos casos; Muitas restrições cadastrais dos beneficiários; O fluxo de tramitação no agente Financeiro ( Banco do Nordeste - BN) muito lento. Por duas vezes houve mudanças nas regras do Programa, com alteração nas condições de financiamento e aumento dos tetos por microrregião o que acarretou um retrabalho nos processos em tramitação, sendo necessário refazer todas as propostas no Sistema, mas essas mudanças melhoraram em muito para os trabalhadores tanto em condições de financiamento mais favoráveis, como um aumento significativo dos investimentos não reembolsáveis. Apesar das dificuldades acima, foi considerado um desempenho positivo, uma vez que o indicador para o produto deste programa "número de famílias atendidas com acesso a terra e crédito fundiário" alcançou 85,9% da meta prevista para o ano de 2010, levando-se em conta o período de carência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER na implantação das ações de investimentos comunitários, e o volume de recursos não reembolsável apropriados pelos agricultores familiares no processo de aquisição de terras para implementação dos investimentos comunitários. O programa se mostra como forte instrumento de inclusão social, pela infraestrutura produtiva viabilizada.

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra:

Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida;

Desempenho neutro: situações onde o realizado se situar no intervalo de 50% a 70% do programado;

Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

**Ação Fundiária (154)** – Cadastro de Imóveis Rurais de uso múltiplo, importante instrumento para nortear as políticas municipais e Regularização Fundiária dos imóveis rurais, com a identificação de estoques de terras, são necessários na implantação de projetos de redistribuição promovendo a função social da terra. Os produtos desenvolvidos foram os seguintes: “Imóvel cadastrado” que superou a meta prevista para o ano de 2010 em 5,2%; e “Imóvel regularizado” teve um desempenho de 78,2% da meta prevista para o mesmo ano. Desta forma em ambos os produtos foram considerados um desempenho positivo uma vez que ultrapassaram 70% da meta programada para o ano de 2010.

### 1.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

Para buscar o resultado setorial **Função Social da Terra e da Água Plenamente Atendida; Etnia, Geração e Gênero** foram implementados dois indicadores que apresentaram o seguinte desempenho: “Nº de famílias beneficiadas com título de propriedade” mostrou evolução positiva, passando de 4.151 em 2006, para 33.194 em 2010, com incremento de 699,6%; e “Nº de famílias assentadas”, apresentando decréscimo de 10,5% no período de 2006-2010. Os Programas de Democratização do Acesso a Terra (060) e Ação Fundiária (154) contribuem para a manutenção das populações nas áreas rurais com condições dignas. Nessa perspectiva os espaços rurais e as atividades neles desenvolvidas, apresentam um forte potencial para impulsionar um conjunto de medidas integradas, na diversificação dos sistemas de produção, na geração de ocupação e trabalho para que as famílias tenham condições de permanecer nessas localidades, valorizando seus conhecimentos e suas culturas, garantindo a sua segurança alimentar e nutricional.

Existe uma correlação direta e positiva entre as famílias atendidas com o crédito fundiário e famílias assentadas de modo que o sucesso no alcance do produto deve significar também um bom desempenho no indicador de resultado. No entanto, embora o produto “família atendida” com acesso a terra e ações de Subprojetos de Investimentos Comunitários - SICs de infra-estrutura social e produtiva, através do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF tenha alcançado 85,9% da meta prevista, o indicador de resultado “Nº de famílias assentadas” não teve o desempenho desejado, como explicitado no item 1.1.2. Também se tem uma correlação direta e positiva entre “imóveis cadastrados” e “imóveis regularizados” com o indicador de resultado “número de famílias beneficiadas com o título de propriedade”. Neste caso os respectivos produtos, com execução de 105,2% e 78,2% de suas metas para 2010, contribuíram fortemente para o alcance de Resultado Estratégico 1: **Função social da terra e água plenamente atendida; etnia, geração, gênero.**

Em termos de realização financeira, o programa Democratização do Acesso a Terra (060) executou apenas 30,0% dos recursos previstos para 2010, valor aquém do esperado, enquanto Ação Fundiária (154) empenhou 85,2% do valor orçado, apresentando resultado positivo.

## 2. RESULTADO SETORIAL: AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA E SUSTENTÁVEL

### 2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

#### 2.1.1. Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio

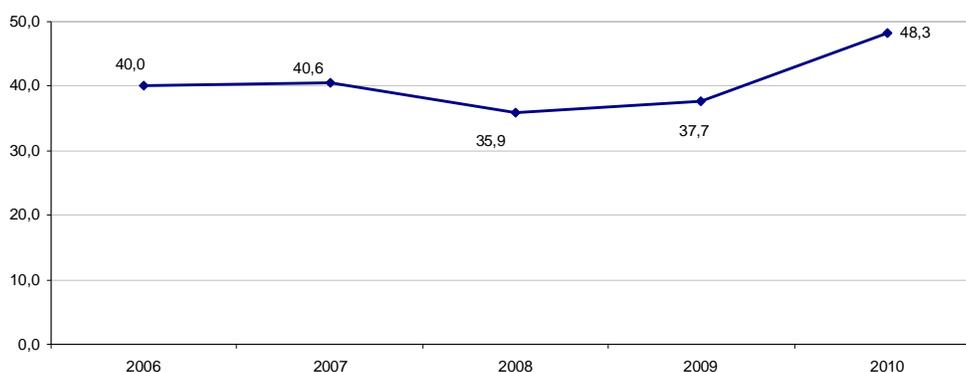
A nova visão do meio rural não é tida mais apenas como espaço de produção agrícola, destaca a agricultura familiar e as comunidades tradicionais como atores dinâmicos de uma política de desenvolvimento do Brasil rural, que seja capaz de alavancar um conjunto de medidas integradas que produzam desenvolvimento socioeconômico articulado à justiça e inclusão social, garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito ao meio ambiente e preservação do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural – CODET tem adotado em consonância com o Governo Federal, a abordagem estratégica de Território Rural, vendo o território como um espaço dinâmico que compreende áreas rurais e urbanas, com uma diversidade de atores sociais, que possuem um profundo sentimento de identidade sociocultural e grande capacidade de se organizarem em busca de um projeto de desenvolvimento sustentável.

A gestão social é um dos objetivos da estratégia territorial, a partir da organização de colegiados territoriais que são espaços constituídos por representações da sociedade civil organizada e poder público, que numa construção participativa, elaboram Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e participam da articulação política institucional, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações implementadas nos territórios.

Nesta perspectiva, analisando o indicador de resultado “Percentual de Produtores da Agricultura Familiar Beneficiados com Ações de Apoio”, verifica-se um acréscimo percentual neste ano, tomado como ano base o ano de 2006, da ordem de 20,5%. Ressalte-se que, apesar da seca que assolou o Estado do Ceará em 2010, houve um ganho percentual de 28,1% com relação ao ano de anterior, com resultados no período analisado indicando tendência de crescimento a partir de 2008.

Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ação de apoio



## **2.2. Relação Produto-Resultado**

### **2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas**

**Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064)** - Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA's são instrumentos fundamentais de planejamento e gestão dos assentamentos, os quais, ainda são premissas para o atendimento com crédito e outras formas para o seu desenvolvimento. Em seu corpo estão duas partes, assim resumidamente, interligando as dimensões econômica, sociocultural e ambiental: programação, na qual consta o contexto territorial, o diagnóstico da realidade do assentamento, expresso em uma matriz de planejamento com as potencialidades, os problemas, as oportunidades e ameaças, bem como com o futuro desejado pelas famílias e sua visão de futuro, contendo as opções estratégicas para o desenvolvimento dos assentamentos; e uma agenda de compromisso, das famílias e de instituições governamentais e não governamentais, nas esferas municipal, estadual e federal.

No ano de 2010, uma ilustração que se destacou da importância dos PDA's foram as ações que se desenvolveram em parceria com o Grupo de Monitoramento de Ações Interinstitucionais e Setoriais do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - GMAIS, onde ações de desenvolvimento dos assentamentos estão sendo realizadas, sempre considerando as agendas de compromisso.

Os produtos implementados pelo programa foram os seguintes: “Plano elaborado (recuperação e desenvolvimento do assentamento)” (Meta: 50; Realizado: 30), resultando no cumprimento de 60% da meta inicialmente programada, no entanto, por decisão entre a Direção Superior da SDA e a Direção Superior do Instituto Agropolos, optou-se por trabalhar 30 planos, no sentido de dar melhor qualidade aos mesmos; e “Habitação construída em mutirão” (Meta:450; Realizado: 260), teve um desempenho neutro por ter atingido apenas 57,8

% do previsto. Estas habitações são parte da infra-estrutura básica e social do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF, e o seu desempenho fica vinculado ao desempenho do PNCF. No ano de 2010 ocorreram alguns entraves que contribuíram para um desempenho abaixo da meta prevista: demora na publicação de convênios pelo Diário Oficial do Estado - DOE; cumprimento das exigências do período eleitoral, com base no Ofício Circular da CGE, nº 15/2010 que suspendeu a assinatura de convênios; certidões vencidas, contribuindo para demora no processo de tramitação; e, demora na entrega da escritura pública de compra e venda por parte do Agente Financeiro.

**Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José II (153)** - Os subprojetos produtivos compreendem mecanização agrícola e várias iniciativas produtivas que abrangem desde subprojetos de fruticultura irrigada, pecuária, piscicultura, apicultura, beneficiamento da produção agrícola e pecuária até subprojetos não agrícolas como confecção de redes, artesanato e outros. Sua principal característica é o apoio ao empreendedorismo local, ou seja, o fortalecimento de atividades produtivas já existentes.

A partir de 2007, diante da preocupação com o Meio Ambiente, todos os acessórios dos tratores financiados foram direcionados para práticas de *captação in situ*. Esta tecnologia consiste no preparo de solo, associada à captação e

armazenamento da água da chuva por meio de sulcos, favorecendo a retenção da umidade no perfil do solo por mais tempo, com melhor aproveitamento pelas plantas. Esta técnica conserva o solo e gera mais disponibilidade de água para as plantas, aumentando a resistência às estiagens. O trator agiliza as práticas agrícolas, o preparo para o plantio das áreas em menos tempo e libera mão-de-obra para outras atividades. Além disso, o PSJ II utilizando o Sistema de Pregão Eletrônico para a aquisição de trator conseguiu redução em torno de 30% do valor das máquinas fazendo com que o Projeto beneficiasse um número maior de famílias, de forma que o produto “família rural beneficiada com subprojeto produtivo” (Meta: 15.593; Realizado: 15.764), ultrapassou as meta considerada, apresentando um desempenho positivo.

**Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127)** - Produtores assistidos são todos aqueles produtores e produtoras rurais de base familiar que recebem assistência técnica e extensão rural (ATER) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, tanto no aspecto tecnológico das cadeias produtivas das culturas e criações, como em outros aspectos de organização da produção e de organização social.

A situação adversa de estiagem durante o ano de 2010, abrangendo todo Estado, comprometeu qualitativa e quantitativamente a ação da EMATERCE no seu papel de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares nas cadeias produtivas, principalmente nas que se referem às culturas. Apesar deste fato, a Empresa redirecionou suas ações para atividades de apoio aos agricultores, colocando sua estrutura organizacional e seu patrimônio humano para atendimento principalmente nos programas Hora de Plantar, Garantia Safra e na Campanha de Erradicação da Febre Aftosa do Estado do Ceará. Deste modo, apesar da falta de chuvas, houve uma pronta ação de Extensão Rural, beneficiando 164.952 agricultores e agricultoras familiares. Estes números resultam em um desempenho positivo com 9,9% acima da meta prevista em 2010, para o produto “Produtor/produtora assistido” (Meta: 150.000; Realizado: 164.952).

**Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017)** - O produto realizado pelo programa está respaldado pelas às ações de peixamento de coleções de água estadual, apoio às atividades aquícolas e de pesca, e apoio à piscicultura continental associativa. O produto desenvolvido “Açude e Barragem repovoados” (Meta: 1.200; Realizado: 1.119), alcançou um desempenho positivo, pois a meta atingiu 93,25% do previsto, beneficiando as comunidades situadas nas circunvizinhanças dos reservatórios gerando renda e alimento de alto valor nutritivo, contribuindo para isso as condições climáticas favoráveis que facilitam o acesso aos reservatórios, o uso de equipamentos de apoio e o transporte adequado dos alevinos, (filhotes de peixes).

**Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040)** – Os dois produtos executados pelo programa estão respaldados pelas ações de segurança alimentar e nutricional e de capacitação e qualificação de pessoas. O produto “Família beneficiada com segurança alimentar e nutricional” é medida pelos indicadores: “Número de famílias beneficiadas (Fome Zero)” (Meta: 54.815; Realizado: 54.292) tem como objetivo fortalecer o setor produtivo (bovinocultura e caprinocultura leiteira) através da aquisição de leite com garantia de preço durante todo o ano, inserindo o pequeno agricultor familiar produtor de leite no mercado formal. O Programa distribui leite diariamente para crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, idosos e nutrízes, todos em estado de insegurança alimentar e nutricional e que possuam renda per capita familiar de até ½ salário mínimo, através do

Convênio Nº 005/2009 celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA. Neste ano, com uma média de 54.292 pessoas beneficiadas com a distribuição de leite, foi atingindo 99,0% da meta anual, considerado então um desempenho positivo; e “Número de famílias beneficiadas (PPA/MAPP) (Meta: 19.979; Realizado: 47.181) que consiste de famílias beneficiadas com segurança alimentar e nutricional Programa de Aquisição de Alimentos –PAA. A superação da meta em 136,1% ocorreu em função das entidades tais como: hospitais, pólos de atendimentos, centro de referência da assistência social e outros, atenderem as pessoas de janeiro a dezembro com no mínimo uma refeição, tendo como principal determinante a ampliação das centrais de distribuição em 4 (quatro) territórios. Os alimentos doados chegam às entidades suplementando ou regionalizando o cardápio das entidades beneficiadas. Com isso, a alimentação servida aos beneficiários é constituída de produtos da sua região como galinha caipira, carne de caprino, carne de ovino, peixe e outros.

O produto “Produtor Beneficiado com capacitação” (Meta: 2.000; Realizado: 2.100), com desempenho positivo graças à ampliação das parcerias realizadas entre esta SDA/CODET e demais instituições de Governo como a EMATERCE e entidades da sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores rurais, conselhos de direitos e do desenvolvimento rural, entidades socioassistenciais, etc.), podendo-se assim superar a meta planejada em 5% do previsto.

**Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053)** - Os produtos implementados pelo programa vinculado ao resultado pretendido referem-se principalmente às ações de apoio aos agricultores da base familiar atingidos pela estiagem - Garantia Safra, distribuição de sementes e mudas e apoio ao desenvolvimento do biodiesel, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: “Produtor aderido – Seguro Safra” (Meta: 266.000; Realizado: 290.105) atende aos agricultores garantindo a produção, tendo superado a meta em 9%. Este desempenho satisfatório se deveu em virtude das vagas ofertadas pelo Garantia Safra em nível Federal serem de 300.000 vagas, a efetividade do Programa no pagamento de benefícios, implementação compartilhada do Programa entre os diversos atores (EMATERCE, movimentos sociais, Prefeituras Municipais e Coordenadoria Estadual do Garantia Safra) e controle social de acesso de seu público meta. Comparativamente aos demais estados participantes do Garantia Safra, o Ceará detém marcante liderança, ocupando aproximadamente 50% do total das cotas disponibilizadas para todo o território nacional; “Produtor beneficiado com o Projeto Biodiesel” (Meta: 28.640; Realizado: 28.525), com desempenho positivo, atingindo 99,6% da meta física prevista e 97,28% dos recursos financeiros, contribuindo para este desempenho a boa divulgação do projeto, aliada aos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governo do Estado e parceiros. A seca ocorrida neste ano agrícola provocou uma perda de safra em torno de 56,8%; “Área assistida com práticas agrícolas” (Meta: 15.000; Realizado: 10.972) com cumprimento de 73,1% do programado, podendo ainda ser considerado positivo, por ser superior a 70%, apesar da seca ocorrida no Estado, fazendo com que os agricultores não conseguissem preparar suas terras. Pela impossibilidade de preparo de área houve um redirecionamento de recursos das praticas que utilizam grandes áreas com outras ações como quintais produtivos e viveiro de mudas que apesar de terem menor área física

demandaram maior quantidade de recurso para sua execução. Houve ainda 29 convênios com pedidos de aditivo de prazo, cujo resultado físico só será efetivado em 2011.

## **2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado**

Para trabalhar pelo o resultado setorial **Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável** foi definido o indicador **Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio** que, apesar de ter apresentado declínio em 2008 quando comparado a 2006 e 2007 (-10,2%), começa a crescer a partir deste ano, alcançando em 2010 incremento de 20,7% em relação ao ano base de 2006 e de 34,5% quando comparado a 2008. Em termos de bens e serviços ofertados via programas de governo para atingir o resultado pretendido, observa-se que os programas que suportam o resultado mencionado do ponto de vista da execução física, representados pelos programas Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064), Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará-PCPR (153), Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER(127),Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa(017),Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural(040) e Desenvolvimento da Agricultura Familiar(053), contribuíram positivamente para a recuperação do indicador de resultado “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio” a partir de 2008, por meio da implementação de 10 produtos estratégicos,dos quais 8 apresentaram desempenho satisfatório e apenas 2 tiveram desempenho neutro. Vale ressaltar que 5 produtos superaram a meta prevista.

Em termos de recursos, a execução financeira do conjunto de 6 programas que concorrem para esse resultado, observa-se que apenas os programas Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José (153) e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053) apresentaram desempenho satisfatório, superior ou igual a 70%, com execução de 81,0% e 79,3%, respectivamente. Os programas Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (127), com 60,8% e Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040), com 63,2% de execução do orçamento, posicionando-se na condição neutra (entre 50% e 70%) e os programas Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (064), com 33,8% e Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa (017) com 6,8% de execução orçamentária tiveram desempenho financeiro negativo, requerendo atenção especial. Com relação ao programa (017) a expectativa é de grande impulso na área em função da recém criada Secretaria da Pesca e Aqüicultura.

## **3. RESULTADO SETORIAL: PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE QUALIDADE, SUFICIENTES, SEGUROS E COMPETITIVOS**

### **3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3**

#### **3.1.1. Animais vacinados contra Febre Aftosa (%)**

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário- SDA via Agência de Defesa Agropecuária - ADAGRI alcançou nas duas etapas da campanha de vacinação contra a febre aftosa de 2010, índices superiores ao mínimo exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que é de 80% do rebanho vacinado para a condição de

médio risco, onde o Ceará e os demais estados do Circuito Pecuário Nordeste se encontram. É importante salientar que o cumprimento desse item contribuirá para o alcance da meta de tornar o Estado do Ceará Livre de Febre Aftosa com Vacinação, não sendo, no entanto, o único fator para o alcance da melhoria da classificação sanitária do Estado.

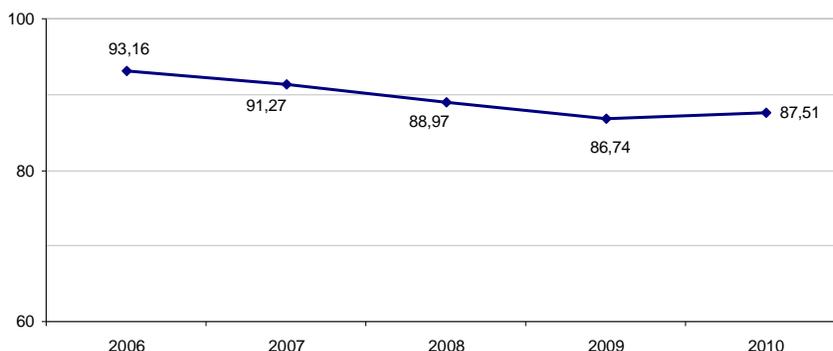
É válido ressaltar que as campanhas de vacinação de 2009 e 2010 foram as primeiras a utilizar os dados do Cadastro Agropecuário realizado pela ADAGRI como base para o cálculo dos índices vacinais obtidos, o que tornou os índices mais precisos e confiáveis ao serem comparados com os obtidos até 2008, quando eram calculados com base na previsão de crescimento do rebanho, tendo como referência o Censo Agropecuário de 1996 realizado pelo IBGE. O cadastro agropecuário da ADAGRI, pelo fato de ser atualizado diariamente através da emissão da Guia de Trânsito Animal, que é lançada no SIDAGRO, software gerenciador dos dados do cadastro, conferiu mais credibilidade aos resultados alcançados devido ao fato de retratar com mais exatidão o número de bovinos e bubalinos existentes por município, em nosso Estado.

Portanto, não há como comparar os índices alcançados até 2008 com os índices alcançados a partir de 2009, por terem sido calculados usando-se base de dados distintas, como citado acima. Ressalta-se no entanto que, o número absoluto de animais vacinados, vem crescendo a cada etapa de vacinação desde o ano de 2006. Desta forma, pode-se constatar que houve melhoria do índice vacinal alcançado em 2010 em relação a 2009 em virtude dos seguintes fatores:

1. Intensificação da fiscalização do trânsito de animais vivos com a cobrança da Guia de Trânsito Animal- GTA para transportar os animais, ressaltando que, para a emissão da mesma, se faz necessária a comprovação das duas últimas vacinações.
2. Desenvolvimento de várias ações pós-etapa de vacinação, tais como: identificação imediata dos inadimplentes via SIDAGRO e a consequente emissão de autos de Infração e multa, autorização para aquisição da vacina por parte dos pecuaristas, realização de vacinações fiscalizadas, assistidas e oficiais, fatos estes que têm levado os criadores a vacinarem seus rebanhos, evitando assim as punições pecuniárias.
3. Desenvolvimento de atividades de educação sanitária, através dos meios de comunicação: televisão, rádios jornais e realização de palestras e reuniões nos Conselhos Municipais de Defesa Agropecuária – COMUSAS, com o objetivo de conscientizar os criadores sobre a importância de imunizar seus bovinos e bubalinos para garantir a sanidade e produtividades de seus rebanhos.

Embora não se pretenda comparar os índices de vacinação calculados a partir de bases de dados diferenciadas, o gráfico abaixo pode ilustrar que, mesmo se abstendo de comparações, o Estado tem alcançado índices de vacinação superiores ao mínimo exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que é igual a 80%.

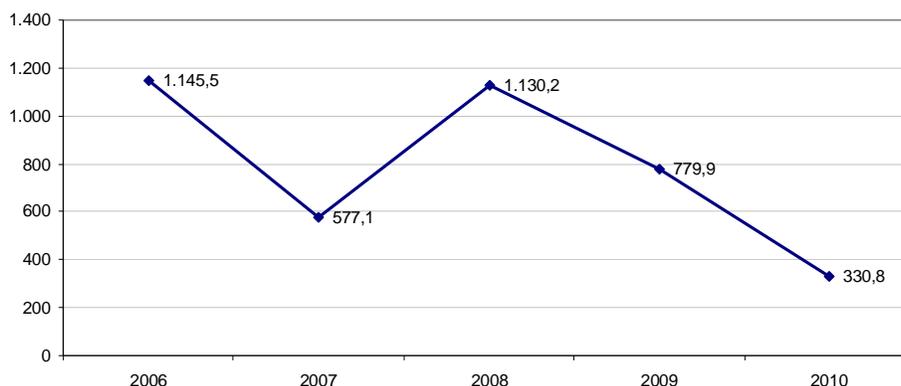
**Animais vacinados contra febre aftosa (%)**



### 3.1.2. Produção de grãos (mil toneladas)

A grande maioria da produção de grãos do Estado do Ceará é proveniente da agricultura de sequeiro, dependendo primordialmente do volume e distribuição espacial e temporal das chuvas. O ano de 2010 foi de chuvas abaixo de 54% da média histórica, fato que contribuiu para uma forte redução na produção de grãos e, concomitantemente, na produtividade das culturas, objeto do Projeto Hora de Plantar. Isto se verificou em todo o Nordeste semiárido brasileiro. Por outro lado, o ano de 2006 foi recorde na produção de grãos, com chuvas bem distribuídas, contribuindo para a alta produção alcançada. Quando comparamos a evolução de 2006 a 2010 verificamos uma redução na produção de grãos de 71,1% em virtude destes fatos mencionados.

**Produção de grãos (mil ton.)**



## 3.2. Relação Produto-Resultado

### 3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

**Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária (021)** – Os produtos executados pelo programa direcionado ao resultado são relacionados principalmente às ações de modernização da infraestrutura da pecuária, fortalecimento da ovinocaprinocultura, apoio à organização dos produtores da apicultura, apoio a feiras e eventos da agricultura familiar e coordenação do serviço de defesa agropecuária, que apresentaram o seguinte desempenho

em relação às metas planejadas e executadas: “Equipamento adquirido” (Meta: 652; Realizado: 749) se referem à aquisição de equipamentos para beneficiar a produção da agricultura familiar através da profissionalização e melhoria das condições tecnológicas no campo, agregando renda ao produto pelo incremento da qualidade do leite produzido. Foram adquiridos 500 kit’s de boas práticas de ordenha visando à melhoria na higiene durante a ordenha interferindo positivamente na qualidade do leite, onde os produtores recebem capacitação de como utilizar os equipamentos; 84 kit’s de análise de leite que foram distribuídos com os tanques de resfriamento de leite em funcionamento, objetivando monitorar a qualidade do leite entregue pelos produtores onde são avaliados o nível de acidez, aguagem, temperatura e densidade; 95 tanques foram adquiridos e distribuídos às associações de produtores de leite que possuíam pedido protocolado nesta Secretaria. Vale ressaltar que este tanque serve para conservar o leite dos produtores por até 48 horas, viabilizando a ordenha, a captação e abrindo a possibilidade de haver outras ordenhas nos animais, que sem o tanque, só seria possível uma ordenha por dia. Também foram distribuídos 30 kit’s de manejo para ovinos e caprinos, com o intuito de evitar acidentes durante o manejo. Para o apoio ao desenvolvimento da apicultura houve a aquisição de 40 kits de produção de mel, com a finalidade de incrementar a produção e a qualidade. Vale lembrar que todos os kit’s foram entregues às associações de produtores de caprinos e ovinos, apicultores e bovinocultores nas diversas regiões do Estado; “Produtor Assistido” (Meta: 7.125; Realizado: 7.150), com desempenho que ultrapassou a meta, devido à agilidade nos processos licitatórios, avançando rapidamente na compra e pagamento dos equipamentos adquiridos, o que favoreceu o andamento dos processos. Outro fato que contribuiu foi o aumento do número de equipamentos, permitindo atender mais produtores da agricultura familiar.

**Defesa Agropecuária (030)** – o produto Fiscalização Realizada (Meta: 70.000; Realizado: 111.375) refere-se a fiscalizações sistemáticas e à realização de blitz’s quinzenais em todas as Unidades Locais e Postos de Vigilância Zoofitossanitária da ADAGRI, além das fiscalizações em lojas de produtos veterinários e em propriedades rurais. Os procedimentos de fiscalização realizados pela ADAGRI, visam verificar o cumprimento das normas sanitárias, com o objetivo de garantir a qualidade sanitária dos produtos agropecuários, contribuindo para a produção sustentável de alimentos seguros. O Desempenho positivo alcançado pela ADAGRI quanto ao número de fiscalizações realizadas, que superou a meta prevista para 2010 em 59,1%, ocorreu em decorrência dos seguintes fatores:

1. Ampliação da capilaridade das ações de defesa agropecuária no Estado do Ceará, com consequente aprimoramento do sistema de vigilância epidemiológica, através das ações de vigilância ativa e passiva desenvolvidas em 25 Unidades Locais da ADAGRI e nos 159 Escritórios de Atendimento à Comunidade (EAC), implantados através de convênios com as prefeituras municipais e a EMATERCE. Desta forma, a capilaridade da Agência em 2010 passou a abranger 94,57% do território estadual.
2. Incremento das ações de defesa sanitária animal, com a intensificação das ações de controle de trânsito animal e das fiscalizações realizadas nas propriedades rurais; incremento de 660% no número de fiscalizações realizadas em empresas revendedoras de vacinas e de 887% no número de vacinações assistidas, fiscalizadas e oficiais em

relação a 2009; aumento no número de ações de vigilância através do cadastramento de 963 áreas de risco, significando um aumento de 1.529%; incremento no número de atendimento a suspeitas de doenças de notificação compulsória, que aumentou em 64% em relação ao ano de 2009; aumento no número de fiscalizações realizadas nos animais que participaram dos 145 eventos agropecuários em que a ADAGRI se fez presente em 2010.

3. Incremento das ações de defesa sanitária vegetal, com a intensificação das fiscalizações realizadas nas Áreas Livres de Mosca das Frutas (*Anastrepha grandis*) e de Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), além das fiscalizações realizadas no Cariri e Sertão Central, com o objetivo de evitar a expansão da Cochonilha-do-Carmim (*Dactylopius opuntiae*); aumento no número de fiscalizações realizadas nas áreas de produção de mamão, citros, e nos estabelecimentos de comércio de sementes e mudas, além do incremento das ações de fiscalização sobre o uso de agrotóxicos.

4. Aumento contínuo constatado nas fiscalizações realizadas pelos Postos de Vigilância Agropecuária tanto na área de defesa sanitária animal, quanto na defesa fitossanitária.

**Desenvolvimento da Agricultura Familiar (053)** – Apesar da seca de 2010, que desestimulou os agricultores a efetivarem seus plantios, fato comprovado pelo GCEA/IBGE, na redução de 20,8% na área plantada quando comparado com o ano anterior, considerou-se que o produto “Produtor beneficiado com distribuição de sementes” (Meta: 137.000; Realizado: 129.865), teve um desempenho positivo, tendo em vista ter alcançado 94,7% da meta estabelecida. O cadastramento efetivado pela SDA em parceria com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, aliado ao acréscimo nos quantitativos de sementes adquiridas, favoreceu de maneira substancial ao quase completo alcance da meta. Mesmo assim, houve sobra de sementes de algumas culturas pelo desestímulo ao plantio causado pela fraquíssima quadra chuvosa, que nos remeteu a maior seca do Ceará nos últimos 98 anos, fazendo com que muitos produtores beneficiários do Projeto Distribuição de Sementes e Mudanças não preparassem suas áreas para o plantio de sequeiro.

### **3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado**

A ADAGRI alcançou nas duas etapas da campanha de vacinação contra a febre aftosa de 2010, índices superiores ao mínimo exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é de 80% do rebanho vacinado para a condição de Médio Risco, onde o Ceará e os demais estados do Circuito Pecuário Nordeste se encontram e, relativamente ao ano de 2009, também foi constatado aumento nos índices vacinais e no número absoluto de bovidos vacinados. É importante salientar que os índices vacinais alcançados contribuíram na abertura de mercado para os produtos agropecuários cearenses com os demais estados que se encontram na mesma condição sanitária de Médio Risco, uma vez que as ações de fiscalização e vigilância executadas pela ADAGRI conferiram melhor qualidade sanitária a esses produtos, aumentando sua competitividade.

Vale ressaltar que não há como comparar os índices alcançados até 2008 com os índices alcançados a partir de 2009, uma vez que foram calculados sobre uma base de dados distinta: IBGE e Cadastro Agropecuário elaborado pela ADAGRI, respectivamente.

As fiscalizações realizadas contribuíram significativamente para o alcance dos índices vacinais, uma vez que se constituem em ações que têm se mostrado eficazes para reduzir a inadimplência dos pecuaristas quanto à vacinação do rebanho contra a febre aftosa. As fiscalizações envolvem atividades como a realização de vacinações assistidas e fiscalizadas, além da fiscalização nas propriedades para aplicação de autos de infração aos inadimplentes e nos estabelecimentos de revenda de vacinas para verificar as condições de armazenamento desse insumo. O fator externo que mais contribuiu para o alcance dos índices vacinais foi o estabelecimento de parcerias com as prefeituras municipais, EMATERCE e sindicatos de produtores rurais, que em muito contribuíram na divulgação das etapas das campanhas de vacinação. É válido ressaltar, no entanto, que alguns fatores, como a severa estiagem de 2010 e o não recebimento de recursos federais para a execução da Campanha de Vacinação, dificultaram a obtenção dos índices alcançados.

O Programa 030 - Defesa Agropecuária compreende três Ações: Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal e Execução das Ações de Defesa Agropecuária (Custeio Finalístico) que, em 2010, teve um orçamento autorizado no valor de R\$ 1.896.052,00, do qual foi executado o valor de R\$ 640.321,71 tendo, portanto, um índice de execução de 33,8% em relação ao valor autorizado. Analisando a execução de cada ação por fonte de recursos, verifica-se que a fonte 00-Tesouro Estadual, teve um índice acima de 90%. No entanto, a fonte- 83 – 02 Convênios com o MAPA, 01 para execução da sanidade animal e outro para execução de ações de defesa vegetal, cujo orçamento era significativo, não foi possível a sua execução, em virtude da não liberação dos recursos federais, o que impactou negativamente na execução deste Programa. Ressalte-se que nos demais Programas da ADAGRI, onde se tinha recursos financeiros liberados, a execução foi acima dos 90% do orçamento autorizado. O programa Desenvolvimento das cadeias Produtivas da Pecuária (021), tendo como principal ação a modernização da infraestrutura da pecuária teve ótimos desempenhos físico e financeiro, tendo superado suas metas físicas e empenhado 93,8% dos recursos orçados para o programa.

A alternância de bons anos de volume e distribuição de chuvas entre os anos de 2006 a 2010 contribuiu significativamente para as diferenças nas produções de grãos nestes anos, uma vez que a qualidade da quadra chuvosa durante o ano é o principal fator que influencia a agricultura de sequeiro, contribuindo diretamente para uma variação na produção.

As sementes e mudas distribuídas são de alto valor genético, adequadas e adaptadas às condições do Nordeste Semiárido e, portanto importantes para a agricultura familiar, objetivando sua subsistência, bem como, atender ao mercado local. Os produtores recebem em sua grande maioria assistência técnica e/ou orientações da EMATERCE nos aspectos de beneficiamento da produção, contribuindo para a obtenção de produtos agropecuários de qualidade suficientes, seguros e competitivos.

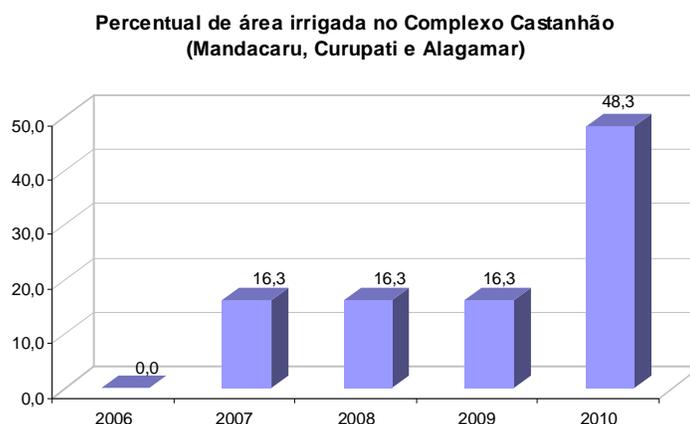
Considera-se que os resultados financeiros estão compatíveis com os produtos físicos em virtude de ter sido aplicado 100% dos valores previstos para a ação "Apoio aos Agricultores de Base Familiar Atingidos pela Estiagem – Garantia Safra", atingindo 94,8% das metas previstas de produtores beneficiados. A meta física não foi completa em sua plenitude em virtude da seca que assolou o Estado, contribuindo para a não procura da semente por parte do produtor.

## 4. RESULTADO SETORIAL: INFRAESTRUTURA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA

### 4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

#### 4.1.1. Percentual de área irrigada no Complexo Castanhão (Mandacaru, Curupati e Alagamar)

De um total de 1.248 ha irrigáveis previstos no Projeto em 2010, se atingiram 603 ha representando, portanto, 48,3% da área total a ser irrigada com o Projeto. Quando comparado com o ano de 2007, se verifica o incremento destes 96,3%. Nos anos de 2008 e 2009 foi mantida a mesma área irrigada em 2007. A renegociação do Contrato do Estado com o BNDES contribuiu para o atraso na consecução das obras previstas, aliada à necessidade de readequação dos projetos executivos antes contratados, pois estes possuíam erros que inviabilizavam suas implantações.



#### 4.1.2. Nº de famílias Beneficiadas com Cisternas

Foram beneficiadas neste ano, 4.313 famílias com cisternas, e se encontra em andamento o benefício de mais 20.537 famílias. Houve um crescimento de 156,0% em relação ao ano de 2006. No entanto, como se trata de um investimento fixo, o número de famílias beneficiadas com cisternas no período de 2006 a 2010 foi de 20.653 famílias. O Projeto é parte de parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido.

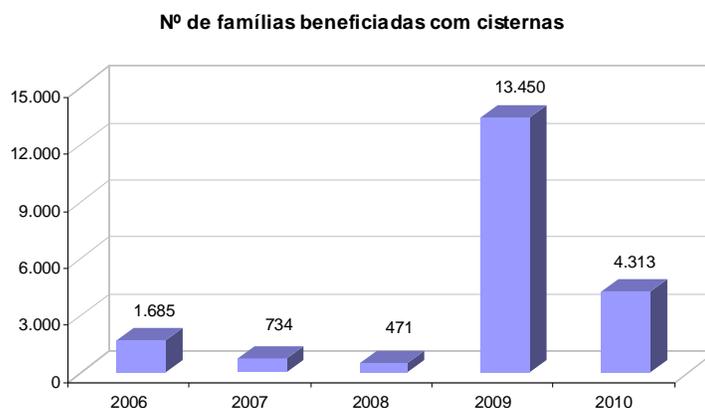
Em 2007 as obras foram iniciadas somente em julho por recomendação do novo governo de não aditivar contratos com as empresas fornecedoras do material de construção. Também o acesso à comunidade estava indisponível (restauração da estrada).

Em 2008, o processo de licitação do material para construção das cisternas não foi realizado a contento, pois as empresas ganhadoras solicitaram realinhamento de preço dos materiais, o que ocasionou um atraso para assinatura dos contratos das empresas fornecedoras do material. Outro motivo de atraso foi a impossibilidade de subconvenimento com a entidade que seria executora do processo de capacitação de pedreiros e beneficiários do projeto, o que ocasionou a demora no processo para escolha de outras entidades que seriam habilitadas para

execução destas atividades. Além disso, houve o período eleitoral, que dificultou o início da atividade de mobilização das famílias.

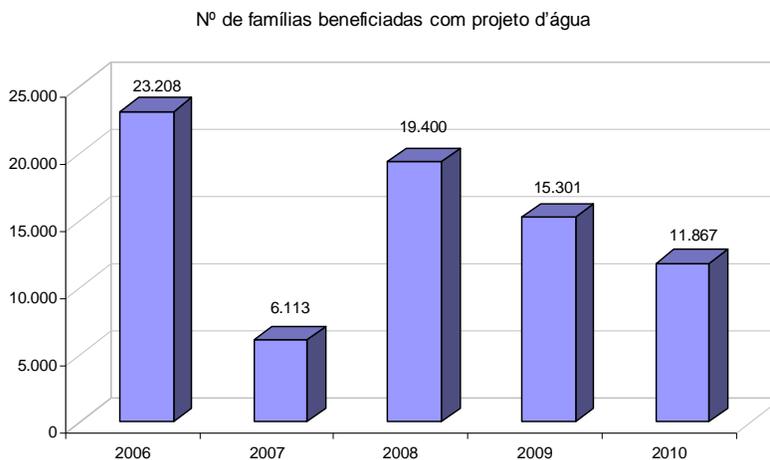
Em 2009 foram concluídas 13.450 Cisternas.

Em 2010 foram concluídas 4.313 cisternas e estão em processo de construção, 20.537, com previsão de término em julho/2011. A defasagem da meta de 24.850 Cisternas deveu-se ao atraso no processo de licitação, por parte das entidades executoras do Programa.



#### 4.1.3. Nº de famílias Beneficiadas com Projetos de Água

A partir de 2006, o Projeto São Jose II, com a cobertura quase total de energia elétrica no Estado centrou esforços para beneficiar agricultores e agricultoras familiares com subprojetos de abastecimento de água. Assim, em 2006, foram beneficiadas 23.208 famílias. No decorrer dos outros anos, apesar de números significativos, houve um decréscimo devido ao aumento de financiamento para subprojetos produtivos, tendo em vista que muitos agricultores e agricultoras beneficiados com energia e água necessitavam de subprojetos que gerassem trabalho e renda. Vale ressaltar, que apesar deste decréscimo no índice de incremento anual, o número total de famílias beneficiadas com projetos d'água no período de 2006 a 2011 foi de 75.889 famílias.



## **4.2. Relação Produto-Resultado**

### **4.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas**

**Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo do Castanhão (092)** – O produto executado é relacionado ao programa e ao resultado pretendido, viabilizado pela ação de financiamento de projeto hidroagrícola, medido pelos indicadores “Nº de famílias atendidas com projetos de irrigação” (Meta: 800; Realizado: 305) e “Nº de famílias atendidas com projetos de piscicultura” (Meta: 647; Realizado: 0) que apresentaram os seguintes desempenhos em relação à meta planejada e executada: a meta programada para “família atendida com projetos de irrigação” teve como parâmetro de avaliação o desempenho anual considerado negativo, -38%. Contudo, quando comparado a 2009, demonstra um crescimento de 133,86% na execução física. O desempenho físico mostra que os esforços realizados em 2010 refletiram sobremaneira no desenvolvimento das ações do Programa e apontam para o cumprimento de suas metas na totalidade em 2011; o indicador “família atendida com projetos de piscicultura” com meta de atender 647 família em 2010 não foi considerada efetivamente realizada, embora ações intermediárias de gestão e treinamento tenham sido executadas, preparando-as para receber os projetos.

O fator determinante para o baixo nível de desempenho foi à renegociação dos recursos previstos para aplicação no Projeto Castanhão com o Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O referido contrato foi renegociado em outubro de 2009 e apenas em maio de 2010, ocorreu à resposta oficial do BNDES. Em 1º de junho 2010 foi publicado o aditivo, renegociando os objetivos do contrato, o que prejudicou a aplicação dos recursos. O início tardio da liberação dos recursos por parte do BNDES, obrigou o remanejamento destes recursos financeiros, na ordem de R\$ 21.339.548,10, de um total de R\$ 24.391.835,99, para o exercício de 2011.

**Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural (040)** – O produto executado é relacionado ao programa e ao resultado pretendido, viabilizado pela ação “ Infraestrutura Básica e Hidroagrícola”, que apresentou o seguinte desempenho em relação à meta planejada e executada: “Cisterna construída” (Meta: 24.850; Realizado: 4.313) com apenas 17,36% da meta cumprida. O desempenho negativo deveu-se à falta de experiência com o processo de licitação por parte das entidades executoras do Programa. Nos convênios anteriores a compra de material era feita pela Secretaria e era para todo o Estado, o que se mostrou ineficiente. Atualmente 20.850 cisternas estão em fase de construção.

**Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR - São José II (153)** - O produto “Sistema de abastecimento d’água construído” (Meta: 400; Realizado: 171) é vinculado ao programa e ao resultado pretendido, viabilizado pela ação de subprojetos de infraestrutura de abastecimento de água, com desempenho negativo, uma vez que alcançou apenas 42,75% da meta proposta. Porém, este fato é justificável quando se analisa que até 2009 os sistemas de abastecimento de água eram elaborados em duas fases, tendo em vista a restrição do recurso de até 50 mil dólares por projeto. Contudo, quando o Estado começou a repassar recursos próprios para o financiamento, esta restrição deixou de existir e os projetos foram elaborados em única fase, refletindo assim, na redução das metas de número de subprojetos financiados em 2010.

#### **4.2.2. Influência de Produtos sobre o Resultado**

O Programa de Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão contribui diretamente com o resultado de Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida. Observa-se, que apesar de apenas 38,1% da meta de famílias atendidas ter sido atingida, isto impactou em um incremento de 396 ha de área irrigável no Complexo Castanhão, quando comparado a 2009, representando 96,3% de crescimento.

O remanejamento dos recursos financeiros da fonte 45 (BNDES), na ordem de R\$ 21.339.548,10 de um total de R\$ 24.391.835,99 para o exercício de 2011, ocorreu devido ao atraso na liberação dos mesmos, impactando no baixo desempenho das metas físicas.

Apesar do número de cisternas construídas estar aquém das metas propostas, os saldos qualitativos foram alcançados pelo Projeto. Dos R\$ 22.673.877,23 liberados para o ano de 2010 para a construção de cisternas, foram utilizados R\$ 21.731.374,38, ou seja, 95,84%. A meta física não alcançou a meta financeira, mostrando descompasso entre ambas, devido as entidades executoras do projeto estarem em fase de licitação do material.

## **II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA**

A política de Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvida no Ceará está consistente com a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como competência tratar sobre reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e, identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Para tanto, dispõe na sua estrutura organizacional, respectivamente, de três (03) Secretarias nacionais: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Neste contexto, se insere a política agrícola desenvolvida pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA que contribui, fundamentalmente, para a execução da política agrícola do Estado, com foco no Desenvolvimento Rural Sustentável, priorizando a agricultura familiar.

Destaque-se ainda que referida política está em consonância com os Eixos Estratégicos: Política de Apoio à Produção, Beneficiamento e Comercialização; Democratização do Acesso à Terra; Direitos e Inclusão Social; Gestão para o Desenvolvimento com Inclusão Social, definidos no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, elaborado pela SDA no início do governo e, ainda, com os Eixos Economia para uma Vida Melhor e Sociedade Justa e Solidária, integrantes do Plano de Governo.

A SDA é parte integrante e coordenadora do Sistema Estadual de Agricultura - SEA, juntamente com as suas vinculadas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará - EMATERCE, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - IDACE, Centrais de Abastecimento do Estado do Ceará - CEASA e a Agência de Defesa Agropecuária – ADAGRI, que executam a política agrícola estadual.

A atuação da SDA e suas vinculadas contribuíram significativamente para o alcance dos resultados estratégicos do governo no que se refere ao Crescimento Econômico com Sustentabilidade; Economia Rural Fortalecida; Ceará

Competitivo nas suas Vocações e nas novas Oportunidades; Sociedade com Garantias de Direito e Infraestrutura Estratégica Ampliada.

Merece destaque a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, que em seus 56 anos de existência, executa com maestria as políticas públicas do Governo Estadual, focando sempre o agricultor familiar e, transformando o perfil da agropecuária do Estado, pelo incremento da produtividade com ênfase na perspectiva agroecológica e no desenvolvimento rural sustentável. Foi registrado em 2010 um total de 164.952 produtor/produtora assistido(a) atendido(a) na agricultura familiar. Ressalte-se também que todas as ações realizadas pela EMATERCE, foram alicerçadas no Planejamento Estratégico, construído de forma participativa com os agricultores familiares e demais atores do setor primário da economia do Estado, observando-se os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A política agrária do Estado é desenvolvida através do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, Instituição importante que desenvolve ações que dão estabilidade ao agricultor familiar, dentre elas as do Programa de Ação Fundiária. No ano de 2010 observa-se um incremento nesta ação, tendo sido executado, o cadastro georeferenciado de 64.206 imóveis rurais, contribuindo para a entrega de 33.194 títulos de propriedade para 38.173 agricultores familiares em 44 municípios. Através da titulação das posses é que os agricultores têm acesso aos meios legais de crédito e, também, aos programas e projetos existentes, suprimindo assim as suas necessidades e atendendo as suas aspirações, como pessoa e como cidadão.

Quanto às ações desenvolvidas no Programa Nacional do Crédito Fundiário, em 2010 foram adquiridos 35 imóveis, atendendo 323 famílias de 27 municípios, com uma área total de 6.608,9 hectares. Os recursos envolvidos somaram R\$ 10.655.850,91, sendo R\$ 3.477.710,00 - reembolsável para o financiamento da Terra e R\$ 7.178.140,00,91 - não reembolsável para implantação dos investimentos comunitários social e produtivos. Ressalte-se que, para todas as ações de implementação do Programa, é fundamental a participação dos parceiros governamentais e não governamentais, através das ONG's e das empresas de ATER, da Rede de Apoio e dos movimentos sindicais, através dos Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais - MSTTR na divulgação, mobilização e na elaboração dos projetos. Destaca-se a atuação da EMATERCE e da ONG Flor do Piqui na execução do PNCF.

Com a política de promover um novo modelo de Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará, fortalecendo a agricultura familiar e a integração nos processos de participação dos agricultores e agricultoras familiares, suas representações e movimentos sociais, o PSJ II destinou recursos exclusivos nas áreas de assentamento rurais federais, estaduais crédito fundiário com o intuito de prover investimentos para fortalecer a produção, gerando oportunidades de trabalho e renda. O diferencial destes subprojetos é a forma de como foi executado, diretamente com representantes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. As demandas, ou seja, o objeto de cada subprojeto foi construído em oficinas participativas contando com o assessoramento de técnicos e técnicas do Estado e do Movimento Social, além da participação de representantes das instituições governamentais da própria Região.

Outra ação do PSJ foi através do Projeto Protagonismo das Comunidades Quilombola do Estado do Ceará que se destinou a apoiar atividades para realizar diagnósticos, estruturar e consolidar associações comunitárias quilombolas, capacitar na construção de planejamentos participativos, na elaboração de projetos de infraestrutura e produtivos, realizar intercâmbios e estudos de impactos, e elaborar relatórios periódicos e de sistematização de experiências. Também está prevista a implantação de centros culturais de multiuso e de centros territoriais de inclusão digital, conforme priorizados pelas próprias comunidades quilombolas.

Um parceiro importante para as ações do PSJ foram os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Social – CMDS, fortalecendo o caráter descentralizador e democrático no processo decisório para implementação do Projeto São José II. Ao lado das associações comunitárias, movimentos sociais, organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil e do poder público, os CMDS garantiram a transparência do processo e decisões consensuais a respeito das prioridades. Neste contexto, o fortalecimento dos CMDS na gestão social de políticas públicas foi ação prioritária do Projeto São José II. Outros parceiros, como EMATERCE, SOHIDRA, CAGECE e CENTEC, também foram responsáveis pela assessoria às associações comunitárias na identificação, seleção, elaboração técnica de suas propostas de projetos, bem como, no acompanhamento da sua implementação e na prestação de assistência técnica necessária à operacionalização do PSJ.

Quanto ao desenvolvimento da pesca artesanal e piscicultura associativa, observam-se os mais variados problemas inerentes à atividade pesqueira e por essa razão, se constitui em um verdadeiro desafio para a SDA encontrar soluções para mudar o cenário pouco favorável em que se encontra atualmente esse setor. Para esse fim, desenvolve diversas ações, destacando o apoio à pesca artesanal por meio do Projeto de Repovoamento Piscícola. No ano de 2010, foram atendidos 105 municípios; repovoados 1.119 reservatórios; distribuídos 6,5 milhões de alevinos; capacitados 1.115 pescadores; beneficiadas 31.200 famílias; e, espera-se uma produção total de 1.300 toneladas de pescado. Esse resultado deve-se à decisão do Governo em ampliar de maneira significativa o número de reservatórios beneficiados pelo projeto, principalmente os comunitários e os localizados em áreas de assentamento. As operações de repovoamento piscícola acontecem logo após o período chuvoso e nas estiagens, faz-se uma rigorosa seleção daqueles reservatórios que apresentem um nível de acumulação de água favorável. O projeto é executado em contrato de gestão com o Instituto Agropolos do Ceará, com o apoio logístico da EMATERCE, COGERH e Prefeituras.

Através das ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos, em 2010 foram elaborados 30 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA's, localizados em 17 municípios, atendendo a mais de 600 famílias. Os fatores fundamentais de sucesso e/ou riscos dos PDA's residem na sua elaboração e na sua implantação. Na primeira, fundamentalmente, se os PDA's forem elaborados sem participação dos interessados ou se não se efetivarem como instrumento de planejamento. A segunda associada à primeira, quando os PDA's são implantados, fator de sucesso, e, quando não, frustração dos assentamentos. Para o gerenciamento dos riscos, na elaboração foram tomadas as seguintes medidas: ajuste teórico-metodológico, no qual as equipes de elaboração construíram uma agenda operacional cuidando de garantir a participação dos beneficiários, junto do melhor resultado do PDA/PRA como instrumento de planejamento; e, acompanhamento em

campo da elaboração, seguindo um roteiro, tendo como eixos a agenda operacional, com procedimentos de monitoramento.

Quanto às ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Territorial, só foram possíveis, em detrimento das articulações e parcerias intra e interinstitucionais, tais como as instituições integrantes do Sistema Estadual de Agricultura, da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Instituto Agropolos do Ceará, com os agricultores familiares, movimentos sociais e sindicais e demais beneficiários ou colaboradores da política de desenvolvimento da agricultura familiar. A Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural - CODET, através da parceria entre o Governo Estadual e Governo Federal vem desenvolvendo ações de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Leite Fome Zero, no qual vem fortalecendo a agricultura familiar através da garantia da compra da produção, com preços justos, o qual gera emprego e renda no campo e garante o direito humano a alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais locais. Uma outra ação desenvolvida em parceria com o Governo Federal é a Construção de Cisternas, que tem o intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido. É uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida. Em todos os momentos do Projeto, tem a participação e co-responsabilidade da ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro, que no Ceará tem como espaço de referência o Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, e de outras instituições da sociedade civil organizada, que atuarão como unidades gestoras. As instituições serão responsáveis pela mobilização, capacitação, suporte técnico e acompanhamento dos beneficiários, garantindo assim a adequada execução do projeto e o alcance dos objetivos pré-definidos.

Relativos às ações do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, antes de suas execuções são elaborados a partir de ampla participação dos beneficiários, que definem suas demandas, assim como, de outros atores envolvidos, destacando-se, a EMATERCE, as Prefeituras/Secretarias Municipais de Agriculturas, os Movimentos Sociais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Petrobras, dentre outros. Toda esta programação foi consolidada em um documento – Plano de Ação da SDA 2010, elaborado com enfoque territorial, que serviu de base para implementação dos projetos. Destaque-se ainda, a oportuna liberação dos recursos pelo Governo do Estado.

A criação de um novo organograma para o programa Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Complexo Castanhão (092) facilitou as ações da equipe, através de uma Coordenação Geral e uma Regional. A nova formação melhorou sobremaneira, o processo de comunicação em todos os níveis acelerando assim o processo decisório e com isso, a eficiência e eficácia das ações. Um planejamento participativo realizado no início da mudança, seguido de avaliações tempestivas, garantiram que os objetivos fossem alcançados e as correções necessárias fossem implementadas. A interação setorial também foi dinamizada e o grupo multidisciplinar do Castanhão começou a interagir com outras coordenações, como a CODEP. O relacionamento franco dos técnicos que realizam ATER, com os reassentados é outro ponto forte da equipe. Esta nova estratégia repercutiu na

elevação do grau de confiança e satisfação dos beneficiários. Vale salientar que a necessidade de capacitação continuada e acompanhamento organizacional é condição essencial para a consecução dos objetivos traçados.

Concernente às ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária, seus resultados estão voltados para a sustentabilidade, melhoria da renda familiar, a infraestrutura da produção e para o fortalecimento da agricultura familiar. Considerando este contexto, observa-se que ocorreu a melhoria da qualidade dos produtos, houve um melhor acompanhamento nas características físico-químicas do leite, uma maior organização no sistema de produção e dos produtores, considerando tanto o melhoramento genético quanto o aumento da produção. Contamos com o apoio institucional do Instituto Agropolos e EMATERCE na área de assistência técnica e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR para as capacitações realizadas. Destaca-se que foram desenvolvidos projetos que garantiram a segurança alimentar no âmbito do monitoramento da qualidade do leite tanto relacionado à produção, quanto à distribuição, através do CENTEC, permitindo que os programas de inclusão social desenvolvidos pela SDA obtivessem êxitos em sua execução.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI se destacou tanto na área animal como na área vegetal, sendo executora das ações de vigilância sanitária dos vegetais, animais e seus subprodutos. É importante ressaltar, que as diversas ações desenvolvidas no decorrer do ano de 2010, fortaleceram e contribuíram para o alcance da sua missão. Dentre elas, destacamos: 1) o avanço alcançado na classificação sanitária com relação à febre aftosa, tendo saído da zona de risco para o risco médio (BR3). O percentual do número de animais vacinados alcançado em 2010 está em torno de 87,51%, e os principais riscos que têm contribuído para dificultar o alcance dos índices vacinais nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa decorrem, principalmente, do reduzido número de fiscais agropecuários da ADAGRI, únicos servidores aptos a emitir autos de infração aos inadimplentes das campanhas de vacinação; dos recursos financeiros reduzidos para a execução das atividades da campanha e pós campanha, que têm contribuído para reduzir a inadimplência, e, da ainda não suficiente divulgação na mídia das campanhas de vacinação. No entanto, a ADAGRI vem alcançando índices superiores ao exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (80%), o que se deve ao empenho de todos os servidores da Agência, que priorizam as ações da campanha em detrimento das demais ações de defesa agropecuária, e das parcerias firmadas com a EMATERCE, Prefeituras Municipais, Associações de Criadores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais; 2) O aumento no número de fiscalizações realizadas, passando de 83.289 em 2009 para 111.375 em 2010; e, 3) A melhoria contínua da qualidade sanitária dos produtos agrícolas com a manutenção das áreas livres de Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijensis*) e de moscas das frutas (*Anastrepha grandis*).

A Central de Abastecimento do Estado do Ceará/CEASA-CE, no segmento da comercialização, realizou em 2010 o cadastramento de mais de 2.000 produtores de hortícolas e ofereceu plenas condições para comercialização no Galpão da Agricultura Familiar, que teve uma evolução superior a 35%. Comercializou também, 549.621,4 toneladas de hortigranjeiros no seu Entrepósito atacadista, localizado em Maracanaú, marcando uma evolução de 12% nesse período de gestão. Quanto à circulação monetária dessa oferta, a mesma foi da ordem de R\$ 643,6 milhões, sendo R\$ 592,1 milhões no Entrepósito de Maracanaú e R\$ 51,5 milhões na Unidade Ibiapaba.

Ocorreu ainda a descentralização hortigranjeira com a construção da CEASA – Cariri que concentrará o abastecimento de frutas e verduras na região e, também, um avanço da comercialização local, com destaque da força da fruticultura cearense, que evoluiu nesta gestão 18,8%. Do mesmo modo, houve também um crescimento de 14,7% da oferta estadual.

Diante do relatado, quanto à execução de cada Vinculada do conjunto que forma o Sistema Estadual de Agricultura – SEA fica demonstrado de forma concreta, que o foco na agricultura familiar, nos 13 Territórios da Cidadania, nos quais atua a SDA, tem contribuído para a política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará.

### **III. LIÇÕES APRENDIDAS**

**Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF-** Em relação às ações da distribuição de sementes, necessário se faz aumentar a articulação da EMATERCE com os sindicatos dos trabalhadores rurais e as secretarias municipais de agricultura objetivando qualificar com mais eficiência e eficácia as demandas dos agricultores (as) familiares. Quanto às ações de Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, as prefeituras municipais deveriam estar preparadas documentalmente e financeiramente para parceria com o Estado. Os recursos destinados a este Projeto teriam resultados mais eficazes se fossem disponibilizados para os convênios no máximo no mês de dezembro do ano anterior, para que as práticas pudessem ser executadas no momento do preparo das áreas. Do modo como está sendo realizado, quando o recurso é liberado, os plantios, via de regra, já foram efetivados, impedindo a realização das citadas práticas. As ações do Biodiesel do Ceará são discutidas semanalmente no Comitê Gestor do Projeto, com a participação de todos os parceiros envolvidos e tem proporcionado um desenvolvimento do Projeto, contudo, o fornecimento de sementes de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A- PETROBRAS apesar de ter melhorado em relação ao ano de 2009, continuam apresentando atraso na entrega das sementes. E com relação ao Complexo Castanhão (092), a necessidade de acompanhamento técnico especializado das empresas que confeccionam os projetos executivos contratados pelo Estado é ponto crucial, já que erros nesses projetos atrasam ou até inviabilizam as obras de implantação.

**Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE.** Destacam-se vários fatores na aprendizagem, entre as quais, a nova forma de gerir os programas, de organizar e capacitar os produtores, e, entender as diferenças territoriais, tendo que procurar as formas mais apropriadas, afim de que os projetos tivessem melhor aproveitamento para os produtores.

**Coordenadoria de Desenvolvimento da Pesca – CODEP.** O projeto desenvolvido tem contribuído para sistematizar as operações de povoamento e repovoamento das coleções de água, onde a pesca artesanal constitui-se uma atividade de grande importância econômica e social, sendo responsável pela produção de alimentos e aumento da renda de famílias que vivem da pesca em ambientes lênticos continentais. Para uma maior eficiência na realização dos peixamentos, o acondicionamento e transporte dos alevinos deveriam acontecer durante a madrugada, em temperaturas amenas e, a chegada ao destino final fosse às primeiras horas da manhã. Nessas condições, os alevinos chegariam ao seu destino com maiores taxas de sobrevivência. A regionalização dos

fornecedores dos alevinos, contribuiria para aumentar a eficiência do projeto, de vez que reduziria o tempo das viagens, diminuindo o estresse dos alevinos. Hoje, existem apenas dois fornecedores para todo o estado, um localizado na Região Metropolitana de Fortaleza e outro na Região Centro Sul.

**Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural – CODET.** Os indicadores de resultados dos trabalhos realizados pela CODET, encontram expressão na efetivação dos programas e projetos que têm propiciado a melhoria na qualidade de vida de milhares de agricultores familiares no Estado do Ceará. Os depoimentos durante os Encontros e Fóruns desses agricultores, vêm expressar o nível de satisfação pela execução dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA. Esses depoimentos, em muito fortalece a equipe da SDA e, mais especificamente da CODET, lhe fazendo acreditar, cada vez mais na responsabilidade, em continuar contribuindo para uma qualidade de vida e de trabalho mais digna às populações do campo.

**Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – COPPE.** O Projeto São José – PSJ executou suas atividades com a certeza do dever realizado, e de ter superado ao longo do caminho muitos obstáculos na consolidação da melhoria do nível de vida das comunidades rurais mais pobres do nosso Estado. Melhorias que foram possíveis, através de abastecimento de água e iniciativas produtivas. Com a universalização da energia elétrica no Estado e a cobertura de um pouco mais de 50% da população rural com sistemas de abastecimento de água, somente com recursos do PSJ, e as experiências positivas no Governo atual com os subprojetos produtivos e o São José Agrário, sente-se a necessidade de intensificar a inserção de outras formas de estímulo e fomento em relação à ocupação e renda. Assim, o então Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR, conhecido como Projeto São José II, terá sucessor pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, Projeto São José III. Neste processo de transição do São José II para o São José III, o Governo do Estado aportou recursos do Tesouro no valor aproximado de R\$ 47 milhões, financiando em torno de 600 subprojetos, evitando desta forma a descontinuidade das ações.

O Projeto São José III avançará no apoio a subprojetos produtivos e de infraestrutura de apoio à atividade produtiva, segundo uma lógica de integração às cadeias produtivas, contendo mecanismos de apoio à gestão e à comercialização, sem descuidar das necessidades de continuidade do financiamento à infraestrutura hídrica, buscando abranger a totalidade da população rural. Terá como objetivo efetivar ações que promovam o desenvolvimento local com equidade no meio rural, refletido na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e econômico, apoiando grupos de agricultores/as na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda ou em potencial de assegurar o desenvolvimento econômico e social das comunidades, seu bem estar, integrando-se com os demais programas e projetos em execução no Estado. Por estas características, o PSJ III dedicará maiores esforços ao fortalecimento institucional, garantindo um apoio maciço à gestão local, com o objetivo de consolidar a sustentabilidade dos investimentos financiados. O Projeto contemplará os 13 Territórios Rurais e da Cidadania do Estado e o seu público-alvo será constituído por agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, rendeiras, ribeirinhos, extrativistas e outros, que se encontram em distintos estágios do processo de organização sócio-produtiva.

A implantação do Projeto de Cisternas de Placas se dá de forma participativa, envolvendo os beneficiários, instituições públicas e da sociedade civil, com ações de fortalecimento institucional e capacitação para a gestão e manutenção do recurso hídrico. As cisternas são construídas em regime de treinamento/mutirão com utilização da mão-de-obra local. Isso contribui para o envolvimento das famílias beneficiárias e da comunidade com o projeto, propiciando aos beneficiários momentos de aprendizagem e reflexão sobre a realidade em que vivem. A construção das cisternas desta forma, também contribui para dinamizar a economia dos pequenos municípios.

**Coordenadoria de Crédito e Políticas Afins – COCRED.** O sucesso das atividades coordenadas pela COCRED depende de um conjunto de ações na elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, tendo como princípios gerais e modelo de gestão a autonomia dos beneficiados, participação, descentralização, transparência e controle social. Neste contexto a capacitação Inicial, qualidade dos imóveis adquiridos e o Plano de Desenvolvimento Sustentável bem elaborado, são referências estratégicas fundamentais, que permeadas por essas proposições, orientam a construção de um projeto com sustentabilidade e, por fim, o acompanhamento efetivo de todas as ações na sua implementação.

**Coordenadoria de Desenvolvimento do Agrário – CODEA.** Como lições aprendidas na elaboração e implantação dos PDA/PRA, estão: a) consolidação da metodologia de elaboração, na qual é fundamental o processo de acompanhamento em campo, das equipes elaboração, em um rigoroso processo de reflexão – ação - reflexão; b) ao lado da anterior, a correção de rumos ou ajustes teórico-metodológicos, em tempo hábil e na quantidade suficiente; e, após as demais, é determinante a implantação dos PDA/PRA, guiada pela sensibilização de dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como pela CODEA, com a distribuição das agendas de compromisso (as demandas), inicialmente dentro da SDA e vinculadas.

**Agência de Defesa Agropecuária – ADAGRI.** O uso da tecnologia como ferramenta de gerenciamento dos dados da campanha, a atualização rotineira do cadastro agropecuário e o estabelecimento de parcerias com outras entidades com o objetivo de melhorar a divulgação das etapas da campanha de vacinação, bem como para alertar os pecuaristas sobre os prejuízos decorrentes da não vacinação do rebanho, têm sido fundamentais para o alcance dos índices vacinais. No entanto, é importante a mobilização de todos, governo e sociedade civil, para que se possa aumentar continuamente o número de animais imunizados para a febre aftosa.

**Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE.** A principal lição aprendida durante o ano 2010, que se caracterizou como um ano de estiagem, conseqüentemente, com uma frustração de safra, foi à capacidade em redirecionar as suas ações para outras atividades, de acordo com as demandas dos agricultores e agricultoras familiares e suas organizações. Assim é que, houve uma presença marcante na operacionalização do Programa Garantia Safra, na Campanha de Erradicação da

Aftosa e outras atividades emergenciais de atendimento aos agricultores e agricultoras familiares. Com isto, as orientações técnicas para as culturas agrícolas foram um pouco comprometidas, em função da seca, no entanto, a extensão rural teve sua atuação importante para o acesso dos beneficiários às diversas políticas de amparo durante o referido período.

**Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE.** A estratégia geral da sua ação é fortalecer as parcerias em diversas instâncias institucionais, com a participação efetiva de todos os atores envolvidos no processo, tais como: INCRA, prefeituras municipais, cartórios de registros de imóveis, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, federação e sindicatos patronais e outras organizações da sociedade civil para, numa ação coordenada, levantar e mapear toda a estrutura fundiária local e regional, disponibilizando a sociedade e aos governos informações úteis sobre o meio rural mapeado, numa perspectiva de desenvolvimento transformador da realidade atual. Operacionalmente, o IDACE, é o órgão responsável pela execução do projeto, que tem como meta estratégica, a identificação e caracterização detalhada da malha fundiária dos municípios eleitos para, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, promover uma melhor distribuição e destinação das terras públicas e privadas, diretamente beneficiadas pelo projeto de Ação Fundiária, nos municípios que compõem os diversos territórios no Estado do Ceará.

Simultaneamente, a partir das informações geradas pelas operações de cadastro georreferenciado e de levantamentos jurídicos - dominiais, se executará um amplo processo de Regularização Fundiária, o qual ensejará a titulação de posseiros que se caracterizarem como agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores e, outros grupos de famílias de trabalhadores, que necessitem de uma ação governamental dirigida ao processo de inclusão social. A gerência do projeto é do IDACE, sob a responsabilidade de sua Coordenadoria Técnica e de Operações, e conta com o apoio integral das Células de Gestão Fundiária, Cartografia, Geoprocessamento e Diagnóstico Fundiário e toda a equipe técnica dos Núcleos de Estudos, Cadastro e Levantamento Fundiário e Titulação e Patrimônio Fundiário, como também, da estrutura de apoio administrativo e jurídico.